



O Brasil também é Quilombola

Há 30 anos, nós quilombolas nos erguemos em unidade para afirmar ao Brasil e ao mundo que nossos territórios não são vestígios do passado, mas projetos vivos de presente e futuro. A criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), inaugurou um novo tempo e forma de organização política, tendo os territórios como espaço de resistência, identidade e fortalecimento das lutas por direitos. Permanecemos porque nossos territórios continuam ameaçados, nossos direitos ainda são negados e nossa própria existência segue sendo alvo do racismo estrutural que marca este país. Cada ano do movimento é resultado da coragem de lideranças, mulheres, jovens e griôs que transformaram a dor histórica em força política organizada.

Celebrar esta data não é apenas relembrar uma trajetória, mas reafirmar um compromisso. A marca comemorativa dos 30 anos da CONAQ expressa esse caminho: território e tempo entrelaçados na mesma imagem, memória, presente e futuro inscritos em um único gesto político- a resistência. O mapa do Brasil, atravessado por nossas silhuetas, revela aquilo que a história oficial ocultou: nosso país também é quilombola.

Nossa caminhada sempre se orientou pela luta por território, produção, democracia e reparação. Território como sinônimo de direito à vida e à continuidade aos nossos modos de existir, e por direito à educação, produção como soberania alimentar, economia própria e sustentabilidade respeitando a nossa mãe-terra. Democracia como participação efetiva nas decisões locais, regionais, nacionais e internacionais. Reparação como reconhecimento da dívida histórica do Estado brasileiro com o povo preto e quilombola.

Em 1995, em nosso primeiro encontro nacional, ao nos apresentarmos oficialmente ao Estado brasileiro e a sociedade, afirmamos aquilo que permanece atual e necessário. Naquele momento histórico, marcamos não apenas o nascimento de uma articulação nacional, mas a consolidação de uma voz coletiva que ecoava há séculos de resistência. Como na primeira carta, há 30 anos, dissemos:

Exmo. Sr. Presidente
Reivindicamos:

TERRA PARA OS QUILOMBOLAS. Desde o começo da história do Brasil, negros e índios estão sendo injustiçados. Até hoje, muitas comunidades



remanescentes de quilombos e povos indígenas não têm suas terras garantidas. A Comunidade Kalunga reivindica que o governo cancele a instalação das Hidrelétricas de Foz de Bezerra e Boa Vista, que, se construídas, inundarão suas terras.

SAÚDE.- a Fundação Nacional de Saúde implemente um programa junto às comunidades visando a erradicação de doenças como sarampo, tétano, febre amarela e outras mais.- o Governo Federal fiscalize o repasse das verbas de saúde/SUS que se tem mostrado falho, com o sistemático atraso no repasse do pagamento dos agentes de saúde.

EDUCAÇÃO.Que o Governo Federal implemente um programa de educação de 1 e 2 graus especialmente adaptado à realidade das comunidades negras rurais, com elaboração de material didático e a formação e aperfeiçoamento de professores. Extensão do programa que garanta o salário base nacional de educação para os professores leigos das comunidades negras. Implementação de cursos de alfabetização para adultos nas comunidades negras.

MULHER NEGRA.Devido às denúncias de que as mulheres negras que trabalham como diaristas nas fazendas recebem salários inferiores ao dos homens, solicita-se que o Ministério do Trabalho apure a situação e tome as devidas providências.(BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 1995).

Se em 1995, nos organizávamos a partir de 4 eixos fundamentais: territórios, saúde, educação e mulheres, hoje ampliamos e aprofundamos nossa agenda política, reafirmando esses pilares e incorporando novas frentes estratégicas que expressam a complexidade e a vitalidade do movimento quilombola. Ao longo dessas três décadas, acumulamos conquistas importantes: fortalecemos o reconhecimento constitucional de nossos direitos, incidimos na formulação de políticas públicas específicas, ampliamos nossa presença nos espaços institucionais de decisão e projetamos nossa pauta quilombola no cenário nacional e internacional.

Nesse contexto, a agricultura quilombola ganhou centralidade ainda maior como expressão concreta de autonomia e resistência. Nossos sistemas agrícolas tradicionais, baseados na diversidade produtiva, no manejo sustentável dos biomas e na transmissão intergeracional de saberes afirmam a soberania alimentar, a proteção da sociobiodiversidade e o enfrentamento às crises climáticas. Ao mesmo tempo, as mulheres quilombolas consolidam-se como lideranças fundamentais na organização política, na defesa do território, na educação das novas gerações e na sustentação cotidiana das comunidades quilombolas.

Hoje, nossa atuação também se fortalece nas pautas das juventudes, reafirmando o direito de permanecer e transformar os territórios, na defesa dos direitos dos da população quilombola LGBTQIAPN+, enfrentado todas as formas de discriminação, com uma comunicação própria, como instrumento de disputas de narrativas sentidos. Na agenda ambiental queremos manter o protagonismo na defesa dos biomas. Na incidência jurídica, ampliando a defesa estratégica dos direitos territoriais e coletivos e fortalecemos as nossas organizações locais.

Ainda assim, nossa caminhada segue marcada por desafios estruturais profundos. Continuamos enfrentando as violências no campo e na cidade, a morosidade na titulação de nossos territórios, o racismo institucional e ambiental, a criminalização de nossas lideranças e a negação sistemática de nossos direitos básicos. Soma-se



a isso a violência política, que tem ameaçado e dificultado a presença de lideranças quilombolas nos espaços dos poderes legislativos e executivos. Temos desafiado essa lógica e avançado na eleição de prefeitos, vereadores e vereadoras quilombolas, conquistas importantes, embora distante do nosso real potencial de representação.

Celebrar essa história é também reverenciar uma herança viva que pulsa nos territórios: os espaços de memória, os saberes ancestrais, as lideranças comunitárias e as práticas culturais que sustentam a existência quilombola. As casas de terreiro, em especial, cumprem papel central na preservação e transmissão das culturas negras rurais e de matriz africana. São espaços de espiritualidade, formação política, acolhimento comunitário e produção de conhecimento tradicional, fortalecendo laços de pertencimento e reafirmando identidades historicamente marginalizadas.

Nossa luta não se limita à terra física, mas envolve a defesa dos territórios simbólicos, sagrados e culturais. Assim, celebrar nossa trajetória é reafirmar o compromisso com a continuidade dessas expressões, garantindo que as novas gerações tenham acesso às suas raízes, à sua história e ao direito de existir com dignidade.

Já a juventude quilombola segue organizada e focada. Ela não é apenas herdeira da memória: é linha de frente da resistência. Transforma legado em ação política, ocupa espaços de decisão, enfrenta o racismo estrutural e a violência histórica e constrói, a partir dos territórios, um futuro soberano, forjado na ancestralidade, na organização comunitária e na força insurgente das tradições negras que seguem vivas, em luta e em movimento no Brasil.

Além disso, a justiça climática também tornou-se um eixo central da luta do movimento, ao evidenciar que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma desigual os povos que historicamente protegem os territórios e os bens comuns. Não há separação entre clima, terra e direitos: defender a justiça climática é afirmar o direito à vida digna, à permanência nos territórios e à proteção dos biomas, reconhecendo o papel dos quilombos como guardiões da biodiversidade e sujeitos políticos fundamentais na construção de soluções para a crise ambiental. Por isso, temos atuado nacional e internacionalmente para que nossas contribuições e povos não sejam ignorados e, já colhemos alguns frutos importantes.

Contudo, permanecem também lacunas significativas e profundas na consolidação de uma educação que reconheça, respeite e valorize a nossa história, nossos saberes e nossos modos próprios de existir, bem como na efetivação de políticas de saúde que considere nossas realidades territoriais e culturais, assegurando o direito ao Bem-Viver em sua integralidade. Ao mesmo tempo, nossos territórios seguem cada vez mais ameaçados pelos grandes empreendimentos, pela ampliação da monocultura e mineração, devidamente autorizados pelo Estado brasileiro, em detrimento da vida, da sociobiodiversidade e dos direitos das comunidades quilombolas.



Esta CARTA é acima de tudo, uma declaração política e uma reivindicação direta ao Estado brasileiro para efetivação dos nossos direitos. Exigimos a titulação imediata e definitiva de todos os territórios quilombolas, a proteção integral contra as violências, os grandes empreendimentos predatórios, a monocultura e a mineração; a implementação efetiva de políticas estruturantes de educação escolar quilombola e de saúde com abordagens focadas nos territórios; o fortalecimento da agricultura familiar quilombola e dos sistemas agrícolas tradicionais; a garantia de participação política com enfrentamento às violências políticas e raciais; e a consolidação de políticas públicas específicas para as juventudes, mulheres, população LGBTQIAPN+, comunicação, meio ambiente e fortalecimento jurídico.

CONVOCAMOS comunidades quilombolas, os movimentos sociais antirracistas, as universidades, os povos e comunidades tradicionais em geral, as organizações populares e toda a sociedade brasileira, a se somarem nessa luta, entendendo que não há democracia possível sem justiça racial, ambiental e territorial. Seguiremos afirmando, em alto e bom som:

Sem território, não há quilombo. Sem quilombo, não há justiça racial. Sem justiça racial, não há democracia. Nesta data tão importante, a CONAQ permanece viva, organizada e em movimento, porque nossa luta não se encerra, como nos ensinou Nego Bispo, “somos começo, meio e fim”. Ela se renova a cada geração, alimentada pela ancestralidade e pela força dos territórios.

Seguimos construindo um Brasil, que reconheça o povo quilombola, não como herança do passado, mas como fundamento vivo do presente e horizonte indispensável de futuro. Queremos que nossas próximas gerações possam seguir falando de nós, a partir das vitórias e conquistas, “queremos falar de nós ganhando” (Nêgo Bispo).

CONAQ - 30 anos de resistência, organização e luta.

O Brasil também é quilombola.

Brasília 23 de fevereiro de 2026